

***JOVENS COTISTAS E
ESPAÇO: A JUVENTUDE
COMO DIREITO***

*YOUNG COLLEGE STUDENTS ENTERING
THROUGH THE QUOTA POLICY AND
SPACE: YOUTH AS A RIGHT*

*JÓVENES UNIVERSITARIOS INGRESANDO
POR LA POLÍTICA DE CUOTAS Y ESPACIO:
LA JUVENTUD COMO DERECHO*

ALINE DE VIEIRA SOUZA

Mestra em Geografia pela Universidade
Federal de Juiz de Fora (UFJF)
E-mail: aline.vieira1818@gmail.com

CLARICE CASSAB

Prof.^a Dr.^a na Universidade Federal de Juiz
de Fora (UFJF)
E-mail: clarice.cassab@ufjf.br

Resumo:

Este artigo é produto da nossa pesquisa de mestrado intitulada “Jovens Cotistas e Cidade - tecendo novas espacialidades a partir do ingresso na UFJF”. Utilizando de revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários online e entrevistas semiestruturadas, buscamos entender como o ingresso na universidade a partir da política de cotas irá se desdobrar em novas relações socioespaciais e novas possibilidades de experimentação da própria condição juvenil dos sujeitos. Para isso, dividimos o texto em duas partes, na primeira trabalhamos centralmente as categorias jovem e juventude em sua relação imbricada com o espaço, o que nos possibilita a abordagem da dimensão espacial da experiência universitária desses sujeitos. Na segunda parte olhamos para as falas dos jovens a partir do entendimento da juventude como direito, procurando entender os impactos da política de cotas na experimentação de suas juventudes. **Palavras-chave:** jovem, juventude, espaço, política de cotas.

Abstract:

This article is the product of our master's research entitled "Young Quota Holders and the City - weaving new spatialities from entering UFJF". Using a literature review, documentary analysis, online questionnaires and semi-structured interviews, we sought to understand how entering university under the quota policy will lead to new socio-spatial relations and new possibilities for experimenting with the subjects' own youthful condition. To this end, we have divided the text into two parts. In the first part, we focus on the categories of youth and young people in their intertwined relationship with space, which allows us to approach the spatial dimension of these individuals' university experience. In the second part, we look at young people's statements from the perspective of youth as a right, trying to understand the impact of the quota policy on their youth experience.

Keywords: young, youth, space, quota policy.

Resumen:

Este artículo es producto de nuestra investigación de maestría titulada "Jóvenes Cuotas y la Ciudad - tejiendo nuevas espacialidades después de la incorporación a la UFJF", A través de revisión bibliográfica, análisis documental, cuestionarios en línea y entrevistas semiestructuradas, buscamos comprender cómo el ingreso a la universidad bajo la política de cuotas dará lugar a nuevas relaciones socioespaciales y nuevas posibilidades de experimentar con la propia condición juvenil de los sujetos. Para ello, hemos dividido el texto en dos partes. En la primera, nos centramos en las categorías de juventud y joven en su relación imbricada con el espacio, lo que nos permite aproximarnos a la dimensión espacial de la experiencia universitaria de estos individuos. En la segunda parte, examinamos las declaraciones de los jóvenes desde la perspectiva de la juventud como derecho, intentando comprender el impacto de la política de cuotas en su experiencia juvenil.

Palabras clave: joven, juventud, espacio, política de cuotas.

Introdução

Este artigo é produto da nossa pesquisa de mestrado intitulada “Jovens Cotistas e Cidade - tecendo novas espacialidades a partir do ingresso na UFJF”, nela buscamos entender as novas espacialidades que os jovens cotistas construíram após o ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Juiz de Fora. Para isso, dividimos nossa metodologia em dois momentos, que foram atravessados por pesquisa bibliográfica e documental, a saber: aproximação dos sujeitos através da aplicação de questionários online e a individualização das narrativas a partir de entrevistas semiestruturadas. Nossa pesquisa se iniciou ainda em 2020, quando vivíamos no Brasil o auge da Pandemia de Covid-19. Por conta da necessidade de isolamento social, em um primeiro momento fizemos a opção de nos aproximar dos sujeitos com a aplicação de questionários online em duas etapas. Os questionários da primeira etapa foram encaminhados para todas as coordenações de curso da UFJF campus Juiz de Fora com o pedido de que fossem compartilhados com os alunos do curso.

Do ponto de vista metodológico, ainda que os questionários tivessem nos apresentado alguns elementos interessantes para análise, nos pareceu essencial trazer para o desenvolvimento da pesquisa as falas dos sujeitos. Como nos sugere Lana de Souza Cavalcanti (2016), as narrativas da vida cotidiana dos jovens podem nos oferecer dados importantes sobre a suas múltiplas relações com/na cidade e da imagem que constrói dela.

Para a escolha do grupo de 7 entrevistados, tivemos a preocupação de garantir a representação de cursos de distintas

áreas do conhecimento e de jovens de diferentes gêneros. A UFJF exerce um poder de atração de jovens das cidades ao entorno de Juiz de Fora, com destaque para cidades da Zona da Mata mineira, Campos das Vertentes e interior do Rio de Janeiro, como também de oriundos de outros estados da federação, em menor quantidade. Dessa forma, na seleção do grupo de entrevistados procuramos garantir a entrevista tanto de jovens que já residiam na cidade antes do ingresso na Universidade, quanto de jovens que vêm de outras cidades para morar em Juiz de Fora ou realizam migração pendular diária para acompanharem as aulas.

A elaboração deste artigo se deu na relação com as temáticas que foram trabalhadas durante nosso mestrado, e, com ele buscamos entender como o ingresso na universidade a partir da política de cotas irá se desdobrar em novas relações socioespaciais e novas possibilidades de experimentação da própria condição juvenil dos sujeitos. Assim, dividimos nosso texto em duas seções, a primeira, intitulada Juventude e Espaço - experiências mediadas pelo ingresso no ensino superior através da Política de Cotas”, nos traz as categorias jovem e juventude relacionadas ao espaço a partir da produção das espacialidades juvenis. Na segunda seção do artigo, intitulada “Juventude como Direito - universidade e moratória social”, destacamos que além dos impactos mais diretos na trajetória educacional dos sujeitos, o ingresso na universidade através da política de cotas vai se desdobrar em uma possibilidade de prolongamento da própria condição juvenil dos filhos das classes populares. Criando fios de correlação com o apresentado na primeira seção, apresentamos nosso entendimento da categoria juventude sob a perspectiva da juventude como um direito.

Juventude e Espaço - experiências mediadas pelo ingresso no ensino superior através da Política de Cotas

Jovem, juventude e espaço são palavras familiares aos nossos ouvidos. É muito recorrente seu emprego nas conversas informais, que usam mão de uma compreensão do senso comum. Em seu uso corriqueiro e muitas vezes irrefletido, essas palavras acabam por adquirir características polissêmicas. Muitas vezes utilizamos *jovem e juventude* para nos referirmos a sujeitos de uma determinada faixa etária, que embora não seja um consenso entre todos, costuma abranger pessoas entre 18 e 29 anos. Entretanto, além dessa delimitação etária, as palavras *jovem e juventude* também são mobilizadas para nos referirmos a comportamentos que entendemos ser próprios dos sujeitos jovens como rebeldia, irreverência e criatividade. Outros usos das palavras *jovem e juventude* remetem a inexperiência, a inabilidade e a imaturidade. Falamos também em *juventude* recorrentemente como um valor que perpassa a vitalidade e o dinamismo, e como tal, deve ser almejado por todos independentemente da sua idade cronológica. Já o *espaço* aparece em seu uso corriqueiro como um vocábulo sinônimo de distâncias, áreas, um espaço material que pode ser apreendido em suas dimensões e quantificado. Em aparente contraposição com essa ideia de espaço material, fixo, quantificável, ele também surge nas conversas com uma dimensão imaterial, como espaço mental, das ideias, do “eu”, das subjetividades. Todos esses sentidos atribuídos nos diálogos cotidianos a essas palavras traduzem e sintetizam distintas compreensões desenvolvidas na

Modernidade sobre o que é ser jovem e o que é o espaço. Nesta seção iremos nos debruçar sobre as relações entre juventude e espaço.

Durante a nossa história recente, muitos foram os sentidos atribuídos à juventude e aos jovens. Os estudos a respeito da juventude têm seus primeiros registros localizados no Iluminismo europeu no século XVIII, entretanto, é no final do século XIX e no início do século XX que eles aparecem de forma mais sistematizada. A delinquência juvenil, que passa a fazer parte do contexto urbano das grandes e médias cidades, torna-se uma importante questão de investigação para as Ciências Sociais, a Psicologia e a Medicina. Na primeira metade do século XX se consolida um campo na sociologia que vai destacar o caráter transitório da juventude. O estrutural-funcionalismo, que ancora a concepção mais tradicional de juventude, concebe essa categoria como uma faixa etária, definida e precisa, na qual irá acontecer a transição do sujeito para a vida adulta. Segundo Groppo (2015) em meados do século XX as teorias críticas passam a ganhar maior visibilidade nos estudos da sociologia da juventude. Essas teorias, ainda que englobem um conjunto vasto de perspectivas, de forma geral irão travar um debate com os estrutural-funcionalistas sobre os sentidos tradicionais de adequação do jovem à estrutura social vigente. As primeiras teorias críticas formuladas irão combinar os conceitos de *moratória social e geração* nos estudos sobre juventude. E alguns de seus autores, sobretudo após a década de 1960, inseriram em seus estudos a preocupação com a posição dos sujeitos jovens na estrutura social capitalista, aproximando a sociologia da juventude do debate de *classe social*. (Groppo, 2017)

De acordo com Pais (1990), outra matriz de pensamento importante das teorias críticas acerca dos estudos de juventude é a *corrente classista*. Podemos ressaltar aqui as contribuições dos pesquisadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham, que liderados por Stuart Hall, construíram um importante debate nas Ciências Sociais acerca da cultura na sua intersecção com a luta de classes. Na tentativa de romper com uma compreensão universalista da cultura juvenil, como se fosse comum a todos, os pesquisadores dessa corrente elaboram o entendimento de *subculturas juvenis*. Estudando diversos grupos juvenis britânicos, como os skinheads e os punks, filhos do operariado, os hippies e os participantes do movimento da contracultura, oriundos das classes médias, os autores classistas, em uma leitura cultural do marxismo, apontam que as subculturas juvenis são derivadas da cultura da classe a qual os jovens pertencem. As subculturas juvenis seriam respostas culturais dos jovens que não são sujeitos no vazio, mas sim socialmente posicionados em uma classe social concreta e que, portanto, experimentam sua condição juvenil atravessada pela sua condição de classe. Além disso, as subculturas são “meios para negociar espaços e sentidos no campo da luta pela hegemonia cultural” (Groppo, 2015, p. 22). Assim, as subculturas são meios de elaboração dos jovens e resistência à cultura dominante. (Pais, 1990; Groppo, 2015)

A partir dos anos de 1980, sobretudo dos anos de 1990, cresce na sociologia o apreço pelos estudos de juventude em uma perspectiva da diversidade. Mais do que a atribuição de características genéricas à essa ou àquela geração, os pesquisadores passam a se interessar pelos sujeitos concretos em seus contextos

vivenciais cotidianos. Como os diferentes jovens vão experimentar a sua condição juvenil entrecortada pela diversidade de realidades sociais em que ela se realiza passa a ser o foco dos estudos sobre as juventudes, agora no plural. (Pais, 1990)

Nesse sentido, Cassab (2010) nos diz que, muito mais que um recorte cronológico, devemos compreender a juventude como um momento que abrange um conjunto de relações socioespaciais e, por sua vez, devemos entender o jovem como um sujeito social produto e produtor da realidade socioespacial em que vive. Essas concepções implicam em tratar tais categorias como históricas e socialmente construídas, e, portanto, passíveis de desnaturalização. Como nos atenta Juarez Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (Dayrell, 2007, p. 42)

A constituição dos jovens se dá de maneira individual e coletiva, no compartilhar de experiências e vivências com outros sujeitos sociais. Com isso, percebe-se que além de uma categoria cujas representações, características e expectativas se inscrevem em contextos históricos específicos e se transformam de acordo com

a mudança das relações sociais ao longo do tempo, a condição juvenil é também atravessada por uma série de mediações. Podemos compreender enquanto mediadores as circunstâncias biológicas, econômicas, territoriais, psicológicas, de gênero, de raça em que cada sujeito vai efetivamente realizar a sua juventude.

Se são os jovens sujeitos sociais que se produzem na relação consigo, com o outro e com o mundo, eles também o fazem na relação com o espaço que habitam, como nos apontam Dayrell:

Essas diferentes dimensões da condição juvenil são influenciadas pelo espaço onde são construídas, que passa a ter sentidos próprios, transformando-se em lugar, o espaço do fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais, investido de sentidos próprios, além de ser a ancoragem da memória, tanto individual quanto coletiva. Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados. (Dayrell, 2007, p. 1112)

Nos afastando das concepções mais comuns sobre a juventude tecidas na Modernidade, concepções essas que retiram dos jovens a condição de agentes do presente, aqui propomos construir uma abordagem que os toma como sujeitos sociais. É na relação com os demais sujeitos, seja em casa ou nas ruas, no uso de espaços de lazer e consumo, no encontro com os amigos nas praças, nas suas atividades de estágio e trabalho, que os jovens constroem suas identidades e se forjam como sujeitos na medida em que também produzem suas territorialidades e espacialidades. Flavia

Maria de Assis Paula (2016), assim como Pais (2003), Dayrell (2007) e Catani e Gilioli (2008), acrescenta ainda que a própria identificação dos jovens como um segmento social que acontece na Modernidade é decorrente dos processos de urbanização. É a partir da consolidação de um contexto urbano e dos modos de vida nele estabelecidos que aparece como possibilidade a realização e vivência da juventude, suas interações e práticas culturais na cidade.

Em diálogo com Lefebvre (2006), tomamos com centralidade o conceito de **produção do espaço**, na medida em que percebemos *sociedade-espaço* como um par dialético. Sendo assim, eles estão mutuamente imbricados, já que a *sociedade* ao produzir-se produz igualmente o espaço que habita, e o *espaço*, por sua vez, é **produto** da ação social, mas, também a condiciona. Essa concepção nega a pretensa neutralidade espacial e nos permite, a partir do estudo das espacialidades, percebermos as assimetrias sociais e as relações de poder incutidas na produção do espaço. Cada sociedade irá, dialeticamente, produzir um espaço à sua semelhança, que possa ser a base material da reprodução social.

No processo de totalização que engendra a realidade social não são apenas as forças hegemônicas as responsáveis pela produção do espaço. Autoras como Doreen Massey alargam nossa acepção acerca do tema quando jogam luz à pluralidade das práticas espaciais dos sujeitos no cotidiano. Massey, na crítica aos positivistas e aos essencialistas, nos três proposições sobre o espaço: para a inglesa, (1) o espaço é produto de interrelações; (2) é uma esfera da existência da multiplicidade; (3) sendo um processo permanentemente inacabado, nele está sempre na possibilidade do devir. Nesse sentido, questionando a ideia do espaço enquanto fixo,

morto e atemporal, Massey nos mostra o espaço múltiplo, fruto da coetaneidade de diversas vozes, conflitos e intenções. A pesquisadora rompe com uma concepção única acerca do espaço, vinculada aos interesses hegemônicos, e nos propõe compreendê-lo como coexistência das diferenças, de trajetórias diversas simultâneas que se encontram e se desconectam. Desse modo, é possível apreendermos os sentidos do espaço/lugar também pela fala e história de vida dos sujeitos. (Massey, 2008)

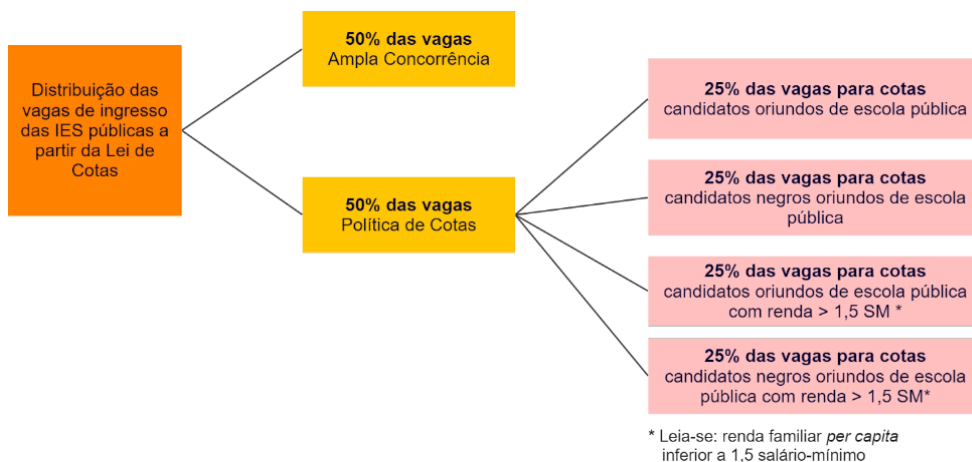
Partindo do resgate histórico das categorias jovem e juventude, temos que a condição juvenil desses sujeitos será entrecortada e condicionada pelas suas diferentes experiências sociais, culturais, históricas e espaciais em seu cotidiano. A educação aparece como um importante elemento constitutivo da condição juvenil dos sujeitos, embora a educação superior no Brasil historicamente não seja um horizonte possível para todos. Durante muito tempo o acesso à universidade pública foi extremamente restrito aos jovens oriundos dos estratos economicamente mais abastados da sociedade, se apresentando como um patrimônio de direito quase exclusivo dessa camada social. Em um cenário em que o capital social e intelectual acumulado a partir do percurso educacional se desdobra em uma melhor ou pior localização no mercado de trabalho, a exclusão dos setores pauperizados dos bancos universitários é uma ferramenta de manutenção e aprofundamento das nossas desigualdades sociais e raciais.

A promoção da pluralidade, da igualdade e da solidariedade é dever do Estado, e para que isso ocorra é essencial a formulação de políticas que conduzam à superação das nossas desigualdades. No sentido da efetiva constituição de um Estado

intitulado Democrático de Direito como o nosso, depois de muita pressão social liderada pelos movimentos e intelectuais negros no Brasil, a Política de Cotas (Lei nº 12.711/2012) é aprovada como uma resposta a essa demanda latente na sociedade brasileira. Essas e outras ações afirmativas se justificam nos fundamentos constitucionais da igualdade de oportunidades e condições (formal e material) e no princípio da solidariedade, que devem guiar a ação legislativa e a prática social. (Bolesina e Gervasoni, 2016)

O referido instrumento jurídico estabelece que 50% das vagas das universidades e institutos federais devem ser destinadas a alunos que integralizaram o ensino médio nas escolas da rede pública, oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, conforme percentuais indicados na figura abaixo (Brasil, 2012). A partir dessa lei, toda uma nova geração de jovens filhos das camadas populares, que até então não tinham o ensino superior como horizonte, ingressam nas universidades via sistemas de cotas. Isso reconfigura o perfil socioeconômico e étnico das IES públicas.

Figura 1: Distribuição das vagas após implementação da Política de Cotas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Denilson, Martha, Emanuel, Viviane, Mariana, Janaína e Vicente¹ quando nos contam de suas experiências da rotina universitária dizem também de suas vivências na própria cidade. Seus novos trajetos a partir do ingresso na universidade apontam para as alterações de suas relações socioespaciais, da construção de suas territorialidades e da forma como se colocam na cidade e seus projetos de vida.

Mariana, 21 anos, aluna do curso de Direito noturno e ingressando a partir do grupo A, é oriunda de Mar de Espanha-MG. A jovem não se mudou para Juiz de Fora, e percorre de segunda a sexta os aproximadamente 60 km entre a sua casa e a universidade no transporte escolar disponibilizado pela prefeitura de sua cidade.

¹ Por razões éticas, os nomes dos sujeitos foram substituídos respeitando a sua designação de gênero.

Mesmo que a sua experiência em Juiz de Fora seja muito centralizada nas atividades da UFJF, Mariana nos conta como esse movimento em direção a uma cidade maior significou o encontro com a diversidade de pessoas, histórias de vida, conhecimentos e possibilidades.

Eu não sei se você conhece alguém de cidade pequena, mas, morar em cidade pequena é você andar assim: vai ter sempre uma família muito rica que todo mundo baba ovo, vai ter sempre um conceito retrógrado e conservador. Então, morar em cidade pequena não te permite muitas vezes você olhar fora do horizonte. Quando eu cheguei na universidade e olhei que existia um mundo de possibilidade de pessoas, não importando se era preto, se era baixo, se era branco, se era alto, se era gordo, se era bi, se era trans, se era gay, se era lésbica, que existe lugar para todo mundo, eu comecei a enxergar que o mundo vai muito além da minha cidade. (Entrevista Mariana, 2022)

Na convivência com a diversidade que a Juiz de Fora representa para Mariana, a jovem diz: “abri minha cabeça”, “amadureci”, “foi a primeira vez que tive mais responsabilidades” e “vi outros horizontes”. A relação com os colegas, a influência dos movimentos e coletivos da universidade, as disciplinas, os professores e o acesso às discussões acadêmicas fazem com que a jovem tenha percebido uma ampliação de seu capital intelectual e cultural, sua formação política e social, da autonomia frente aos desafios da vida universitária e dos horizontes possíveis para si.

Janaína, de 24 anos, que ingressou no curso de licenciatura em Letras em 2016 pelo grupo B das cotas. Oriunda da cidade de Itambacuri-MG, no Vale do Rio Doce, Janaína se mudou para a cidade de Juiz de Fora para realizar os estudos e permaneceu aqui durante toda a Pandemia. Janaína convivia com uma dinâmica de vida mais atrelada ao rural, como ela mesmo aponta. Chegar em Juiz de Fora foi se deparar com outras paisagens urbanas, e, em um primeiro momento, saltou aos seus olhos as grandes desigualdades entre a infraestrutura, os equipamentos e a condição social das populações de distintos bairros.

Quando questionada sobre o processo de mudança ela nos diz:

Então, é um processo ainda, Aline. Atualmente eu estou inclusive de mudança, tenho um mês para sair de onde eu moro. Mas, desde o começo, em 2016, eu só tinha a minha tia que eu conhecia aqui na cidade. Então eu fiquei um tempo hospedada na casa dela, que é bem periférica, inclusive. É uma comunidade, e a gente vivia ali. E eu ia estudar e entrava em contato com outra realidade. Então, isso pra mim foi um choque. Eu que venho do sertão, do interior, de uma coisa mais caipira, acaba que de certa forma eu tive esses choques inclusive em relação a desigualdade. Vendo como que a minha rotina era tão diferente de quem morava na comunidade onde eu tava. Então, são recortes que acabam distanciando as pessoas, e eu ficava ali nos dois, meio e ficava bem evidente a desigualdade. Eu passava metade do meu dia na universidade, na cidade alta, e a outra metade do meu dia eu

tava na comunidade periférica aqui de Juiz de Fora. (Entrevista Janaína, 2022)

A percepção da jovem do espaço urbano de Juiz de Fora é bastante interessante. Ela identifica que a vida cultural que experimentou na cidade alta está muito interligada com a própria universidade e com os estudantes que lá residem. Entretanto, quando ela se mudou para bairros mais centrais é que pôde se relacionar mais profundamente com outros espaços de cultura da cidade, como exposições, museus e parques, além de ter maior facilidade de mobilidade para outros pontos, como a Zona Norte. Em sua fala, a jovem nos diz que o centro da cidade proporciona a ela o encontro com o inesperado, como a exposição que se refere, e também com o diferente, sujeitos outros que não necessariamente compartilham da experiência universitária. Isso possibilitou a ela construir outros laços de amizade e alargar a sua relação com Juiz de Fora. Janaína cita a utilização de espaços públicos e de uso coletivo como os seus principais momentos de lazer na cidade, e também o local privilegiado em que faz e nutre suas amizades. O que nos traz aos olhos a imbricada relação entre a sociabilidade juvenil e os espaços públicos e de uso coletivo. Construir amizades pressupõe o encontro e o convívio com o outro, embora isso possa se dar nos espaços privados e até mesmo virtuais, a vida coletiva e as experiências comuns dos grupos juvenis acontecem na universidade, em seus bosques, cantinas, Centros e Diretórios Acadêmicos, nos parques, nas praças, nas ruas. Dizendo das culturas de lazer e tempo livre, Ana Karina Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano contribuem para nosso entendimento da relação entre espaço e sociabilidade juvenil:

Ainda que as amizades sejam relações de natureza privada entre sujeitos particulares em contextos de ações coletivas ou não, os espaços de convivência pública são indispensáveis para a criação de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de redes de amizades. Sobre isso, é importante dizer que a amizade não é somente uma questão dependente da eleição livre nem da seleção por atração pessoal: a disponibilidade de amigos está fortemente referida à localização física e à inserção dos indivíduos na estrutura social. O ato de fazer amigos, portanto, é menos livre e resultante de pura escolha pessoal do que possa parecer (REQUENA, 1994). É nesse sentido que o poder público, ao criar condições favoráveis de ampla circulação dos jovens pelos espaços da cidade, pode estar, também, estimulando a constituição de redes sociais plurais e não territorializadas. O tempo da juventude é momento de transformações corporais e afetivas e de construção de identidades, no qual a turma de amigos cumpre papel significativo na construção de subjetividades positivas. (Brenner *et al*, 2008: 40)

A sociabilidade secundária é essencial para a construção da experiência juvenil moderna. Como Foracchi (2018) aponta, a experiência comum com sujeitos que compartilham os mesmos valores e que se identificam mutuamente é extremamente relevante, sobretudo nesse momento especial da biografia do sujeito jovem. Os novos vínculos de amizade e identificação construídos após o ingresso na universidade são ainda mais importantes para os discentes que se mudaram para Juiz de Fora. Nessa relação com

o desconhecido, aos poucos esses jovens vão tateando os novos espaços, tendo novos encontros e formando teias de relações com outros jovens em que se sentem acolhidos. Novas possibilidades de pertencimento e enraizamento são criadas.

Há também aqueles entre os jovens entrevistados que são oriundos de Juiz de Fora e que continuaram morando com a família, como é o caso de Vicente e Viviane. Vicente, 22 anos, mora com a mãe e a irmã no bairro Monte Castelo, na Zona Norte de Juiz de Fora, e em sua fala afirma que a entrada na universidade o possibilitou conhecer novos espaços da cidade. Ele destaca que passou a frequentar o bairro São Pedro, região oeste da cidade, onde se localiza a UFJF. Além disso, o ingresso na universidade e a participação em vários projetos ligados direta ou indiretamente à ela o proporcionou a interação com alunos de outros cursos, construindo uma rede de amigos de variados bairros da cidade.

Vicente tem um histórico de engajamento em muitos projetos dentro e fora da UFJF. Em sua fala, destacou a participação na equipe de competição da engenharia, em um cursinho popular como professor e coordenador durante a pandemia até o início do ano de 2022, além dos estágios remunerados que faz desde o segundo ano da faculdade. A participação nos projetos o possibilitou alargar a sua rede de amigos e contatos, o que se torna relevante na sua experiência universitária.

[No cursinho popular] Eu era coordenador lá cheguei a dar aula. Teve outras áreas do São Pedro que eu conheci por conta de ter entrado

no projeto do cursinho. E acaba que como era um cursinho popular, eu conheci uma pessoa de cada área diferente, uma pessoa da história, uma pessoa da física, uma pessoa da geografia, deu para conhecer bastante gente. (Entrevista Vicente, 2022)

Perguntado se o ingresso na universidade havia alterado os lugares que frequentava na cidade, Vicente responde:

Alterou bastante. Por exemplo, tendo que andar pelo São Pedro. Acabei conhecendo muita gente de outros cursos também, porque eu não me restringi apenas ao IAD. Por exemplo, eu faço parte de uma equipe de competição da engenharia, e aí cada pessoal da engenharia é de um lugar da cidade. E aí eu comecei a andar com pessoas de outros cursos e a frequentar lugares novos, as casas dessas pessoas (Entrevista Vicente, 2022)

Vicente descreve sua rotina como acelerada, dividindo seu tempo entre o estágio remunerado, as aulas e os projetos que participa. Desde o primeiro ano de curso, além das disciplinas da faculdade, o discente está sempre desempenhando alguma atividade remunerada, sejam os estágios na sua área ou o trabalho em uma fábrica como auxiliar de escritório durante o período de pandemia. Essa remuneração é complementada com os auxílios que recebe da universidade através do PNAES e é a renda que o permite prosseguir nos estudos. Mesmo morando com a família, Vicente arca com alguns custos de subsistência da casa, além de

custos pessoais com lazer, saúde, estudos e transporte. O deslocamento diário entre esses diferentes pontos da cidade se dá através de ônibus ou de grupos de caronas. Esses grupos de WhatsApp são mobilizados pelos próprios alunos da universidade, e aqueles que têm carro oferecem caronas para traslados entre bairros da cidade e a UFJF por valores menores ou similares que a passagem de ônibus. Ainda sobre a utilização desses grupos, um ponto interessante é que Vicente diz que através deles pôde conhecer outros universitários de seu próprio bairro que o possibilitou criar novas relações com pessoas que moram nos arredores.

Mesmo que a rotina seja corrida, Vicente aponta que há momentos de lazer com os colegas, sobretudo com os amigos que fez na universidade. Essas experiências de lazer também ampliam sua relação com a cidade, na medida em que ele passa a frequentar novas regiões, que antes lhe eram estranhas e hoje fazem parte do seu cotidiano.

No meu bairro mesmo eu não faço muita coisa não. Passei a conhecer mais gente lá depois que eu entrei na faculdade, nos grupos de carona. [...] Mas, no meu bairro mesmo tem bares, jogar bola, mas não frequento muito meu bairro não. Quando eu saio pra beber, não bebo no meu bairro não. Pô, depois da UF a gente costuma parar no São Pedro, em qualquer bar que tem ali. Na Independência também. As vezes tem amigos que moram na Zona Norte e a gente vai pra lá, Barbosa Lage. São Mateus, Morro da Glória que é caminho, mas varia muito. (Entrevista Vicente, 2022)

Viviane, nossa entrevistada, também é oriunda de Juiz de Fora e continua morando com a mãe no bairro Retiro, região sudeste da cidade. Viviane cursou seu ensino médio na Escola Estadual Henrique Burnier, que ela classificou como sendo próxima ao seu bairro. Na sua fala destaca-se que a sua mobilidade entre os espaços da cidade foi alterada pela entrada na universidade.

Durante o ensino médio eu transitava muito só entre essa região que eu moro e a Zona Norte, ou pelo Filgueiras, que é onde eu fazia curso. Aí, minhas amizades que eu fiz eram tudo desse entorno. Eu ficava mais focada nesses lugares. Eu não tinha costume de ir no São Pedro, no São Mateus. Quando eu entrei na universidade eu não sabia nem onde pegava o ônibus ou onde que o ônibus ia parar. E outros espaços também, tipo o Morro da Glória. Eu não frequentava esses espaços mais centrais mesmo. E agora com amigos da faculdade eu transito no Alto dos Passos, por exemplo. Eu aprendi a andar nesses espaços por agora. (Entrevista Viviane, 2022)

Além do São Pedro, bairro em que se localiza a UFJF, os entrevistados apontam em suas falas que outros bairros passam a ser frequentados, seja por atividades de lazer, consumo, estágios e etc. Antes seu perímetro de deslocamento e reconhecimento dos espaços da cidade se resumia ao seu bairro de moradia e o bairro da escola e/ou cursos, mas com a entrada na universidade esses jovens passaram a frequentar outros espaços da cidade. Chama atenção que esse movimento pela cidade desses jovens oriundos da periferia

é também um caminho em direção aos bairros centrais. Vários dos bairros citados, como Alto dos Passos, São Mateus e Morro da Glória, fazem parte de regiões tidas como boêmias, que concentram bares, lanchonetes, restaurantes e praças que são frequentadas por jovens em busca de lazer. Esses são bairros centrais historicamente ocupados pelas classes médias juizforanas, mas as redes de amigos e a “vida universitária”, como sintetizado por Vicente, os convida a explorar e “aprender a andar” em novos lugares.

Com as falas dos jovens sobre seus trajetos e vivências na cidade a partir da entrada na universidade, percebemos que a Política de Cotas permite um redesenho de suas histórias, suas territorialidades e suas redes de relação. Tanto os jovens oriundos de Juiz de Fora quanto aqueles que vieram de outras cidades passam a experimentar outros espaços da cidade, aguçam sua percepção das desigualdades sociais na relação com o diferente, e enxergam novas oportunidades para si.

Juventude como Direito - universidade e moratória social

Retomando a discussão sobre as categorias jovens e juventude realizada no tópico anterior, de maneira sintética compreendemos jovem, juventude e espaço como categorias produzidas social e historicamente. Entendemos que a juventude deve ser tomada como um momento particular de formação do sujeito. Por um lado, ela é alicerçada em um componente etário que delimita os contornos de um corpo jovem experimentando o mundo na sua relação específica com o tempo e sua geração. Por outro, a condição juvenil do sujeito será vivenciada a partir da realidade

material e subjetiva de reprodução da sua vida, em outras palavras, cada juventude será entrecortada por uma série de mediações que irão fazer dela experiências particulares, plurais. Entendemos também que o jovem é um sujeito social, isto é, um agente do presente que irá construir a sua biografia na relação com o outro e com o espaço. Disso depreendemos que na produção de sua vida cotidiana, ao andar pelo bairro, pela escola, pela faculdade e pela cidade o jovem imprime nela as suas marcas, ele produz uma espacialidade que é ao mesmo tempo particular e compartilhada com os demais cidadãos. Essa espacialidade não só atuará fortemente na produção de sua própria identidade, bem como fará parte da conformação geral da cidade. Dito isso, neste tópico gostaríamos de acrescentar uma proposição acerca da juventude que nos parece bastante pertinente ao nosso estudo, que se debruça centralmente nos impactos da Política de Cotas na trajetória de seus sujeitos. Além de um momento particular da vida do sujeito, aqui trataremos a juventude também como um direito.

A moratória social aparece como uma tese definidora da juventude e a partir da década de 1960, diversos autores passaram a cunhar tal tese. Preocupados com a delinquência e a rebeldia juvenil, os estruturais-funcionalistas se apropriaram das ideias sobre o protagonismo juvenil contidas nos textos de Mannheim, Erikson e outros, traduzindo-as em uma concepção sobre o que seria a moratória social. A tese de moratória social ou psicossocial pressupõe que os jovens estão vivendo um momento importante da vida, no qual o tempo livre, a experimentação, o convívio com os pares e a preparação para a vida adulta são centrais. Para que os jovens realizem efetivamente a sua juventude, durante esse momento eles deveriam arcar com menores

responsabilidades a respeito da reprodução material da vida da família, por exemplo. São incentivados a estudarem e se prepararem para a vida adulta. Passam tempo livre com amigos, formando grupos que se desenham pelas afinidades, hobbies e subculturas. Aos jovens é permitido cometer alguns erros, desde que sirvam de aprendizado para sua formação. A primeira vista, a moratória pode parecer um certo privilégio da juventude, que pode exercer as suas vontades, desresponsabilizada parcialmente da dureza da vida adulta. Entretanto, percebe-se que esse momento de “preparo”, de tentativas e erros pretende separar os jovens do conjunto da sociedade, impossibilitando-os de tomarem decisões, opinarem e atuarem verdadeira e vigorosamente no mundo. Primeiro o jovem se prepara, depois, quando adulto, ele age na estrutura social. Isso fica bastante evidente nos escritos de Furter:

Uma sociedade que pretende apenas adaptar os adolescentes à sociedade adulta é, de fato, uma sociedade que recusa um lugar real e construtivo à adolescência. Esse lugar existe somente em uma sociedade que aceite o risco de colocar à parte seus adolescentes durante um período suficientemente longo em que eles poderão fazer suas experiências, que modificarão, **em seguida**, a estrutura social. É preciso que os adolescentes tenham o sentimento e a certeza de que são também considerados como sujeitos responsáveis da sociedade. (Furter, 1967. APUD Groppo, 2009. grifo nosso).

Por conta desse desdobramento, a ideia de moratória social foi amplamente criticada. No bojo das teorias críticas e, sobretudo,

culturalistas, percebe-se que se por um lado ela destaca os jovens da sociedade, por outro, a moratória acaba por invisibilizar as experiências juvenis dos sujeitos na sua diversidade. Afinal, se para ser jovem é preciso experienciar um longo e profundo momento de preparo, com distanciamento do mundo do trabalho, com convivência intensa e despreocupada com os pares, será que os jovens pobres trabalhadores ou as jovens mães são mesmo jovens? Respondendo a essas e outras questões os estudos culturalistas nos apresentam a juventude em toda sua pluralidade, focando-se nas experiências particulares de cada sujeito na/com o mundo.

Acreditamos que essas críticas são pertinentes. Entretanto, também avaliamos que é preciso revisitarmos e, de alguma forma, reinventarmos a moratória social. Como nos alerta Groppo (2009), é possível lançarmos um olhar dialético para todo este profundo debate dentro da teoria social, a fim de observarmos não apenas sua negatividade, mas também suas potenciais positivities. Nesse sentido, observa-se que, embora a apropriação dos sentidos da moratória social tenha ganhado esses contornos, nos escritos de Mannheim e Erikson destaca-se a ambivalência dessa tese, que traz em si uma ideia de protagonismo juvenil. Esses autores reconhecem a potencialidade de ação no mundo dos jovens, de renovação política e de reinvenção da realidade social. Ainda que o modelo da moratória social carregue consigo uma preocupação funcionalista a respeito da integração social, ele entende que a integração só é possível em uma sociedade em movimento, que se transforma e evolui centralmente a partir da mobilização dos jovens. Nas palavras de Groppo “tratava-se menos da repressão, vigilância e “reengenharia social” (supostamente mais apropriadas no trato

para com a delinquência) e mais da admoestação, canalização e orientação” (Groppo, 2009: 47).

Em nossa pesquisa, gostaríamos de alargar um tanto mais a percepção das ambivalências da moratória social para, partindo de uma demarcação política, compreendermos a juventude como um direito. Em estreito diálogo com Nécio Turra Neto (2015) entendemos que a juventude, mais do que uma fase de transição, um momento particular da vida do sujeito, é uma condição social experienciada de diversas maneiras pelos diferentes jovens. Aos jovens das classes médias e alta é oferecido um momento de moratória no qual eles podem efetivamente exercer e experimentar sua condição juvenil, convivendo intensamente com seus pares, indo a festas, fazendo intercâmbios, cursinhos, continuando os estudos na faculdade, enfim, consumindo produtos e serviços e tendo experiências tipicamente destinadas a este público etário/social, sem ainda serem os principais responsáveis pela sua manutenção financeira. Já para os jovens pobres a moratória limitada, e o ingresso antecipado no mercado de trabalho, quase sempre em posições pouco qualificadas, muitas vezes irá imprimir uma certa descontinuidade na sua experiência juvenil.

Dessa forma, Margulis e Urresti (1996) identificam que a moratória vital é um capital energético intrínseco à condição juvenil que, a priori, independe da posição social do sujeito, desde que lhe sejam proporcionadas as condições mínimas de alimentação, saúde e desenvolvimento biológico. Todavia, sobre este capital vital, que é tomado pelos autores como *valor de uso*, desenvolve-se a teia de signos e sentidos que o transforma em *valor de troca*, capital simbólico que se pode adquirir pelo mercado. Ser jovem, sobretudo

em nossos tempos, se transmuta em um conjunto de símbolos e signos que está estetizado no corpo, nas vestimentas, no comportamento, no padrão de consumo de determinados lazeres, que, por sua vez, tornam-se produtos que se adquirem através do mercado. Para além dos elementos simbólicos, a condição social da juventude é forjada a partir de uma *moratória social*, que possibilita um período de formação, estudo e preparo para a vida adulta, no qual o sujeito assume poucas responsabilidades econômicas, reprodutivas e do mundo do trabalho.

A moratória social alude ao fato de que, com a modernidade, grupos crescentes, pertencentes normalmente aos setores sociais médios e altos, adiando a idade de casamento e procriação e por um período, cada vez mais prolongado tem a oportunidade de estudar y de avançar em sua capacitação em instituições de ensino que, ao mesmo tempo, se expandem na sociedade. (Margulis e Urresti, 1998, p.3, tradução nossa)

Esse momento entre a maturidade biológica e social que compreenderia a juventude, é vivenciado de forma muito desigual pelas distintas classes sociais. O capital energético do qual dispõe a juventude é mobilizado socialmente a partir da ótica do mercado, tornando-se neste ponto um crédito social. Destacando a importância da moratória social, percebemos que este crédito se apresenta como uma quantidade de tempo oferecida apenas para os setores mais abastados da sociedade.

Muito embora isso não queira dizer que nós não compreendemos a juventude em sua pluralidade, ou, ainda, que acreditamos que os jovens pobres não são jovens de fato. Ainda em diálogo com Turra Neto (2015), entendemos que ser jovem é ter um corpo jovem, experienciar a vida a partir de uma “moratória vital”, é estar dentro de uma delimitação etária (mesmo que esta seja determinada a partir de convenções sociais). Portanto, ainda que a condição juvenil seja negada para alguns, há jovens em todos os estratos e classes sociais. Reconhecemos também que os jovens, sobretudo os pobres, têm diversas estratégias de enfrentamento e contorno às interdições de suas realidades para ampliarem o seu convívio com os pares, seus momentos de lazer, suas manifestações culturais na cidade. E é justamente por enxergarmos essa pluralidade que identificamos que a experiência juvenil de uns é marcada fortemente pela negação. Assim, quando afirmamos a juventude como direito, assumimos politicamente uma pauta reivindicatória de democratização da condição juvenil.

O argumento que procuramos defender aqui é que o reconhecimento da grande diversidade que marca as jovens e os jovens contemporâneos, que nos conduz a pensar na juventude como um conceito existencial, na medida em que diferentes experiências conduzem a uma diversidade de juventudes possíveis, não deve ser separado de um esforço de definição da juventude, que tenha pretensões mais gerais. Uma definição que, reconhecendo seu caráter de construção social e histórica, seja assumidamente uma idealização, uma proposta do que “deveria ser”, se estivéssemos em uma sociedade com maior equidade. Uma definição que

reivindique a juventude como direito e que permita o cultivo de uma posição crítica (e talvez menos romântica), em relação às experiências daqueles que vivem esta condição de forma precária. (Turra Neto, 2015, p. 122)

Seguindo em diálogo com Nécio Turra Neto (2015), compreendemos que a definição da juventude como um direito nos coloca diante de um desejo, mais do que isso, diante de uma utopia. E aqui não tratamos da utopia enquanto um sonho inalcançável, uma abstração completa, estanque e apartada da realidade social. Pelo contrário, tomamo-la enquanto utopia experimental, uma utopia com os pés fincados no hoje, no agora e que deve nutrir uma práxis socioespacial coerente com a sua realização (Lefebvre, 2006; Lefebvre, 2008; Limonad, 2018). Neste sentido, acreditamos que em toda impossibilidade existe uma possibilidade, e por isso, mais do que simplesmente identificarmos os abismos sociais, econômicos e territoriais que recortam as diferentes juventudes, assumimos sua definição como um ato político que nos engaje na luta pela realização da condição social da juventude como um direito para todas e todos. (Turra Neto, 2015)

Como vimos, nos setores populares a vida laboral começa mais cedo, geralmente com a inserção de jovens em empregos de pouca qualificação, remuneração e prestígio social. A constituição de novos núcleos familiares também costuma se dar mais cedo, muitas vezes motivada por uma gravidez na adolescência. Esses marcadores sociais, o casamento e o ingresso no mercado de trabalho, faz com que a condição juvenil, que é fortemente atrelada a um momento de preparo para a vida adulta, seja podada,

remodelada. Entretanto, Margulis e Urresti (1996) apontam que mesmo nos setores mais pobres vivemos um prolongamento da juventude.

A crise estrutural do mundo do trabalho faz com que muitos jovens que desejam/precisam se integrar às atividades econômicas não encontrem localização no mercado de trabalho, ou, pela própria natureza da rotatividade do emprego precário, fiquem rapidamente desempregados. Além disso, o desenvolvimento industrial que nos contemporiza exige cada vez maior qualificação para a ocupação das vagas, pressionando o conjunto da sociedade a aumentar os anos de escolaridade e qualificação. A combinação entre a hipossuficiência financeira e instabilidade do mercado de trabalho com a necessidade cada vez mais urgente de formação de nível técnico e superior para ocupar postos com melhores condições, faz com que a transição entre a juventude e a vida adulta se alargue também nas camadas populares. (Margulis e Urresti, 1996)

Sandra dos Santos Andrade e Dagmar Esterman Meyer (2014), no artigo intitulado “Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas”, trazem as vozes de jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da periferia de Porto Alegre- RS no intento de compreender a interseção entre a condição social e de gênero dos sujeitos com a própria experiência das suas juventudes. Tomando histórias narradas por eles, as autoras destacam que mesmo os jovens das camadas populares experimentam a moratória social como adiamento da entrada em “contextos adultos”, mesmo vivenciada de formas muito particulares. Em suas falas os jovens, que em sua maioria ainda são solteiros e moram na casa dos pais, relatam que

se sentem jovens porque ainda estudam e são dependentes da família. Eles compreendem que para se tornarem adultos é necessário assumir responsabilidades de outra ordem, como ter uma nova família, arcar com as despesas de casa e ter filhos. Nesse momento destaca-se o recorte de gênero que as autoras elaboram, já que os diferentes destinos sociais construídos para homens e mulheres permeiam as projeções de futuro dos jovens. Casar e ser mãe está no horizonte de várias das jovens, embora ponderem que assumir tais responsabilidades pode ser um dificultador para o desenvolvimento de suas carreiras e a conquistas de sonhos. (Andrade e Meyer, 2014)

Andrade e Meyer (2014) destacam a escolarização com um importante componente da moratória social experimentada por esses jovens. Dialogando com Michel Foucault e Jorge Larrosa, as autoras apontam que os modos de ser jovem são atravessados por muitos tensionamentos, sobretudo no que se refere aos jovens das classes populares, entretanto, o que preponderantemente circunscreve esse momento são as condições individuais e sociais que o grupo tem para viver esse tempo e construir experiências de si, aquelas que serão constitutivas do sujeito. Das falas dos jovens apreende-se o local de centralidade que a escola ocupa em suas vidas.

Suas palavras possibilitam pensar a escola como uma daquelas instâncias que estabelecem e/ou transformam a experiência que os indivíduos produzem de si mesmos, através dos múltiplos discursos que ela tanto produz quanto reproduz e atualiza, uma vez que a escola está atrelada a um conjunto de saberes e de práticas muito concretas que

estão vivas nesses discursos e que expressam algumas verdades de nosso tempo. (Andrade e Meyer, 2014, p. 90)

As autoras acima referidas tratam essencialmente de espaços escolares, entretanto, a partir de nossas pesquisas percebemos que a universidade também se apresenta como um elemento central nas vidas dos jovens cotistas no ponto de vista da moratória social. Seja pela dedicação ao preparo para o futuro com parcial ou total subsistência da família, seja pela centralidade deste espaço na conformação de uma teia de relações e acesso a signos e símbolos que irão os ajudar a compreender o mundo e, além disso, compreender-se no mundo, a experiência universitária é de certa forma um prolongador da condição juvenil desses sujeitos.

Dos jovens entrevistados para esta pesquisa todos são solteiros e sem filhos e em suas falas apresentam uma rotina centralizada pela universidade e as atividades acadêmicas. Ao longo da faculdade todos tiveram ou ainda têm algum suporte familiar para a sua manutenção. Alguns deles moram ainda com os pais e os que precisaram se mudar para Juiz de Fora foram e/ou são auxiliados pelas famílias no processo de mudança e com as despesas da casa nova. Entretanto, pelas limitações financeiras das famílias, a maioria desses jovens precisa contribuir com os gastos de sua manutenção. Nesse sentido, acessam políticas de permanência na universidade, desenvolvem atividades de iniciação científica e extensão com bolsas e fazem estágios remunerados para amortizar os gastos familiares.

Viviane, estudante do curso de Direito noturno desde 2020, relata que já no Ensino Médio exercia atividades remuneradas pelo

Programa Jovem Aprendiz, trabalhando em algumas empresas na cidade com atividades de auxiliar administrativo. Durante a pandemia teve seu contrato prolongado no Jovem Aprendiz, o que foi importante para a sua manutenção e a aquisição de um notebook para possibilitar os estudos em regime remoto. Hoje faz estágio remunerado na Vara da Infância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que é o seu local de interesse de formação. Vicente, 22 anos, estudante do curso de artes e design desde 2018 e ingressante pelo grupo B, ao longo da graduação concluiu um curso técnico no Instituto Federal e os estágios concernentes, foi auxiliar de escritório durante a Pandemia e agora está fazendo estágio em marketing, sua área de formação, em uma empresa de engenharia. Ele destaca a importância das bolsas de apoio estudantil na sua permanência. Durante os dois primeiros anos de curso teve uma bolsa no valor de R\$ 500,00, hoje ele possui auxílio transporte e alimentação, o que o possibilita comer no Restaurante Universitário (RU). Vicente afirma que esses auxílios são essenciais para que possa manter a rotina acelerada que combina as aulas, o estágio, a participação em projetos e as atividades de lazer.

De passagem eu ia gastar por mês 330 reais, aí se eu fosse pegar a renda *per capita* da minha família isso ia dar uma pessoa inteira quase. A passagem me ajuda bastante, tenho bolsa nesse estágio que eu faço aqui, e isso já deu uma alavancada na minha profissão. (Entrevistado Vicente, 2022)

Emanuel, 28 anos, estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar Ciências Exatas no turno diurno desde 2018, ingressante pelo Grupo E das cotas, é proveniente de Brasília-DF.

Fez uma primeira graduação em Sistema de Informação em uma faculdade privada na sua cidade de origem com bolsa do ProUni. Já atuava profissionalmente em Brasília em empregos temporários, mas se mudou para Juiz de Fora no início de 2018 para cursar sua segunda graduação. Emanuel teve suporte financeiro da família para se manter em Juiz de Fora até meados de 2018, quando ingressou em um projeto na própria UFJF de mapeamento do campus, atuando na área de Ciências da Computação, seu campo de interesse para o segundo ciclo do bacharelado. Com o dinheiro que recebia nesse projeto, ele conseguia se manter na cidade e dedicar o seu tempo aos estudos e convívio com os colegas na universidade. Na comparação com a experiência que teve na faculdade privada, Emanuel relata que

Era muito claro a diferença de você entrar em uma universidade pública e uma faculdade particular. Por que, primeiro, as pessoas que você vai conversar e interagir na universidade pública, elas estão mais ávidas para conhecer a si mesmos e conhecer os espaços em volta. **Elas ainda não estão certas do que elas são, elas ainda estão se construindo.** Então tem a oportunidade de trocar muita experiência. O que é muito difícil comparar no caso na minha área de TI na minha faculdade privada, eram pessoas muito encaminhadas. Não tinha tanta troca de informação, mudança de ponto de vista, não tinha aproveitar mais os ambientes escolares, conversar com pessoas de outro curso porque você não tinha o refeitório. Não tinha contato com pessoas de outras áreas. (Entrevistado Emanuel, grifo nosso)

Em sua fala, o estudante apresenta o contraste da experiência na faculdade privada com a sua segunda graduação na universidade pública. No seu primeiro curso ele percebia que as pessoas já atuavam profissionalmente, muitos já eram casados e com filhos, e estavam “focadas na diplomação”. Já na UFJF, ele sinaliza que pôde conhecer pessoas de diversas áreas do conhecimento, fazer disciplinas eletivas em outros departamentos, como o de Música. Chamando atenção para a possibilidade de troca com o outro e de contato mais aprofundado com diferentes perspectivas sobre a vida e distintos modos de ser/estar no mundo, o estudante acredita que a universidade pública o proporcionou um intenso processo de (re)fazer-se.

De acordo com a fala de Emanuel, percebe-se que no curso de Tecnologias da Informação seus colegas de classe, em sua maioria, já tinham as vidas polarizadas pelo mundo do trabalho e cuidado com as famílias, sobrando pouco tempo/disponibilidade para ampliar a experiência da faculdade para além das aulas e das exigências curriculares mínimas. Já na universidade pública, ele se depara com muitos jovens que ainda estão começando a construir a trajetória profissional, que ainda não têm “certeza do que são”, “ainda estão se construindo”. Mesmo que exerçam atividades remuneradas, como o próprio Emanuel e também Vicente e Viviane, o tempo de suas vidas é polarizado centralmente pela própria universidade e suas atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares.

É certo que a condição socioeconômica dos jovens cotistas os coloca frente a diversos desafios para sua manutenção nos cursos. Entretanto, o próprio ingresso na Universidade os

oportuniza a realização de atividades remuneradas, como estágios e bolsas de pesquisa/extensão/treinamento profissional, que possuem horários mais reduzidos e flexíveis se comparadas a um emprego formal, e que potencializam suas formações acadêmicas. Os jovens cotistas somam esses rendimentos com auxílios do apoio estudantil, quando disponíveis, e ajuda das famílias, conseguindo assim dar continuidade aos estudos e à experiência universitária.

Dos setores de quem historicamente foi retirada a possibilidade do ensino superior, a Política de Cotas confere não apenas um diploma universitário que os colocará em melhor posição no mercado de trabalho, mas, também oferece meios para que os sujeitos oriundos das camadas populares possam experimentar de fato a suas juventudes. Essa experimentação parte da moratória social que os permite resguardar uma parcela significativa do seu tempo para os estudos, convívio com os pares, lazer, engajamento em movimentos sociais, atividades culturais e formativas. Dessa forma, ainda que sejam vários os percalços destinados aos caminhos dos jovens pobres por conta das tremendas desigualdades estruturantes da nossa sociedade, a Política de Cotas se desdobra num conjunto de direitos, dentre eles o direito de ser jovem.

Considerações Finais

Se por um lado a juventude abarca um componente etário, que diz desse corpo jovem experimentando a sua própria corporeidade e o mundo dentro de um contorno geracional, ela também compreende um forte componente social. A muitos jovens é negado o direito de desfrutar da juventude, desse momento particular e intenso de experimentação, de convívio com os pares,

de lapidação da consciência sobre o mundo e de preparo para o futuro. O ingresso prematuro na vida laboral dos filhos das camadas populares, geralmente em empregos precários em que se exige pouca qualificação, acaba por representar uma certa descontinuidade em suas juventudes. A escolarização é um importante elemento da moratória social destinada aos jovens e, já de antemão, nas entrevistas percebemos que a entrada na universidade significou para eles um prolongamento da sua condição juvenil. Durante as suas experiências universitárias os jovens contaram com parcial subsistência de suas famílias, com bolsas de apoio da universidade, projetos de extensão, pesquisa e treinamento profissional remunerados e bolsas de estágios, que os possibilitaram condições materiais para seguirem com os estudos. Com isso, esses jovens puderam aproveitar parte significativa de seu tempo para o convívio com amigos, lazer, engajamento em movimentos, atividades culturais e formação acadêmica no intuito de prepararem-se para o ingresso no mercado de trabalho.

A entrada na universidade altera profundamente a trajetória desses jovens e a relação com a cidade tanto daqueles que são oriundos de Juiz de Fora, quanto dos que se mudaram para cursar a graduação. O grupo oriundo da cidade que permaneceu morando com os pais passou a frequentar outros pontos da cidade. Se antes seus cotidianos eram bastante circunscritos aos seus bairros periféricos, após o ingresso o início da faculdade as regiões centrais e a cidade alta, onde se localiza a UFJF, se tornam os lugares mais frequentados, seja para lazer, seja para o estudo e os estágios. Dos jovens oriundos de outras cidades, muitos precisaram se mudar para Juiz de Fora e outros realizam um movimento pendular diário. Aqueles que vieram de cidades menores em um

primeiro momento se assustam com o tamanho da cidade, a maior complexidade na mobilidade e as paisagens urbanas. Tanto eles quanto os oriundos de cidades maiores enxergam a vinda para Juiz de Fora como uma oportunidade de construção de um futuro melhor. Eles vão aos poucos se familiarizando com as paisagens, criando novas rotinas, atribuindo sentido aos novos espaços, reconhecendo neles e tecendo novos projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, S dos S., MEYER D. E. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. In: **Educar em Revista**, Edição Especial n. 1, Editora UFPR, Curitiba, 2014, p. 85-99

BOLESINA, I. GERVASONI, T. A. O direito fundamental à igualdade e o princípio da solidariedade como fundamento constitucional para as ações afirmativas. In: **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v.2, n.1, Jan/Jun, 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF, 2012.

BRENNER, A. *et al.* **Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008

CASSAB, C. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. In: **Perspectiva**: Publicação da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, dez. 2010

CAVALCANTI, L. de S. Olhar Geográfico em Formação: jovens estudantes de geografia e desafios urbanos concretos. In: PAULA, F. M. et al (org). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2016

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. In: O. Fávero, M. Sposito, P. Carrano, & R. Novaes (Orgs.), **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO; MEC; Anped, 2007

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018

GROPPO, L. A. O Funcionalismo e a tese da Moratória Social na análise das rebeldias juvenis. In: Revista **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.37-50, 2009

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015

_____. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, 2006

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008

LIMONAD, E. Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras. In: **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, n. 2, p. 79-92, maio-ago, 2018

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

MARGULIS, M.; URRESTI, M. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 25

_____. La construcción social de la condición de la juventud. In: CUBIDES, H. J.; TOSCANO, M. C. L.; VALDERRAMA, C. E. H. (Orgs.). **Viviendo a toda: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades**. Santafé de Bogotá: Paidós, 1998.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. In: **Análise Social**. Vo. XXV, 1990. p. 139-165

PAULA, F. M. A. Juventudes e cidades: uma leitura espacial. In: PAULA, F. M. et al (org). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2016

TURRA NETO, N. Definir a Juventude como ato Político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. et al (org). **A cidade e seus Jovens**. Ed. PUC Goiás, Goiânia, 2015.

Submetido em: 29 de agosto de 2023

Devolvido para revisão em: 02 de dezembro de 2023

Aprovado em: 15 de janeiro de 2024

DOI10.62516/terra_livre.2023.3122

COMO CITAR:

DE VIEIRA SOUZA, A. Jovens cotistas e espaço: a juventude como direito. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.1, n. 60, jan-jun. 2023, p. 237-276. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3122>. Acesso em: dia/mês/ano.